

CULTURA E PATRIMÔNIO NO RIO DE BRIZOLA E DARCY RIBEIRO: Coerência nos “fazimentos”

Submetido em: 21/10/2024
Aceito em: 14/05/2025
Publicado em: 15/12/2025

*CULTURE AND HERITAGE IN RIO BY LEONEL BRIZOLA AND DARCY RIBEIRO:
Coherence in “achievements”*

*CULTURA Y PATRIMONIO EN RÍO POR LEONEL BRIZOLA Y DARCY RIBEIRO:
Coherencia em los “fazimientos”*

FABRÍCIO RIBEIRO DOS SANTOS GODOI

Doutor, IAU-USP, fabricao.godoi@usp.br.
<https://orcid.org/0000-0002-2219-5537>

RESUMO

O artigo pretende analisar as ações de cultura e patrimônio no primeiro Governo de Leonel Brizola no Estado do Rio de Janeiro, por meio do resgate histórico daquelas ações, a partir de pesquisa realizada em arquivos e na bibliografia do período. Aquele governo foi muito inovador em várias áreas da cultura e da educação, principalmente por conta da ação do Vice-Governador (e cumulativamente Secretário de Ciência e Cultura), o antropólogo e educador Darcy Ribeiro. Quanto ao tema do patrimônio, a ação desse governo abrangeu uma variedade de alvos e uma quantidade de espaços ou iniciativas dificilmente igualável. O instituto do tombamento pela via de órgãos estaduais (o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural [INEPAC]) foi a ferramenta mais utilizada, envolvendo não apenas a tradição barroca que os órgãos federais da mesma natureza consolidaram como experiência predominante. A prática foi muito positiva, guardando coerência com a obra teórica de Darcy Ribeiro e resultando em numerosa lista. Os resultados chegam até nosso tempo, e o valor daquela experiência poderia inspirar ações similares.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio moderno no Estado do Rio de Janeiro; Governo Leonel Brizola; Tombamento.

ABSTRACT

The article intends to analyse the cultural and heritage actions in the first Government of Leonel Brizola in the State of Rio de Janeiro, through the historical review of these actions, based on research in archives and biography of the period. That government was very innovative in several areas of culture and education, mainly due to the work of the Vice-Governor (and Secretary of Science and Culture), the anthropologist Darcy Ribeiro. Regarding the theme of heritage, this government's action covered a variety and quantity of spaces and initiatives that would be difficult to match. The institution of listing through state bodies was the most used tool, involving not only the baroque tradition that federal bodies of the same nature consolidated as the predominant

experience. The result was very positive, which continues to this day, and the value of that experience could inspire similar actions.

KEYWORDS: *modern heritage in Rio de Janeiro; Brizola government; Landmarking.*

RESUMEN

El artículo pretende analizar las acciones culturales y patrimoniales en el primer gobierno de Leonel Brizola en el Estado de Río de Janeiro, a través de la revisión histórica de esas acciones, a partir de investigaciones en archivos y biografía de ese gobierno que fue muy innovador. varias áreas de la cultura y la educación, principalmente gracias al trabajo del vicegobernador (y secretario de Ciencia y Cultura), el antropólogo Darcy Ribeiro. En cuanto al tema del patrimonio, la acción de este gobierno abarcó una variedad y cantidad de espacios e iniciativas difíciles de igualar. La institución del listado a través de organismos estatales fue la herramienta más utilizada, involucrando no sólo la tradición barroca que organismos federales de la misma naturaleza consolidaron como experiencia predominante. La práctica fue muy positiva, siendo coherente con el trabajo teórico de Darcy Ribeiro y dando como resultado una lista numerosa. Los resultados llegan hasta nuestros días y el valor de esa experiencia podría inspirar acciones similares.

PALABRAS CLAVES: *patrimonio moderno en el Estado de Rio de Janeiro; Gobierno Leonel Brizola; inscripción.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo¹ busca analisar historicamente a política cultural oriunda da ação concertada do Secretário de Ciência e Cultura do Estado do Rio de Janeiro no Governo Leonel Brizola (1983-1987), Darcy Ribeiro, com enfoque mais específico quanto ao patrimônio. Para fundamentar a análise foram realizadas pesquisas em acervos e arquivos e consultada a bibliografia do período. Os acervos principais consultados foram os da Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR), Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), Fundação Oscar Niemeyer (FON), entre outros. A análise foi realizada a partir da confrontação entre os documentos do período, que permitiram verificar concretamente as ações tomadas nos quatro anos de governo, com a obra teórica de Darcy Ribeiro - com particular destaque para o texto introdutório de “*América Latina en su arquitectura*” (Ribeiro, 1975). Um cuidado tomado na pesquisa foi a devida contextualização histórica, já que esse recorte temporal é marcado pelo início da redemocratização e o referido governo é o único conquistado pelo PDT, em contraposição aos dois partidos estabelecidos no período ditatorial. Portanto, interessa nessa abordagem o sentido político das ações estudadas, o que fica evidente nas publicações assinadas pelo próprio Secretário Darcy Ribeiro (Ribeiro, 1986).

O recorte delimitado nesse artigo é parte de uma pesquisa maior, que correlaciona a obra intelectual e prática de Darcy Ribeiro com o campo da arquitetura e urbanismo. Nessa pesquisa mais ampla se evidenciaram numerosas realizações, que avançam desde a implantação da Universidade de Brasília, com o inovador curso de Arquitetura e Urbanismo, até a inauguração do Sambódromo e do Memorial da América Latina, marcos relevantes na paisagem das três maiores metrópoles brasileiras: Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. No caso do Rio de Janeiro, a ação de Darcy Ribeiro não se limitou ao já significativo ato de criação de um símbolo, em uma cidade repleta deles – além das mais conhecidas obras resultantes de seu esforço, como os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Também idealizou e colaborou para a vivacidade de uma cultura popular e o registro dessa cultura, incluindo a preocupação com a preservação do patrimônio, ainda que não em suas minúcias, mas aproveitando o ensejo político para que essa proteção fosse a mais ampla possível.

A ação institucional pública no campo da cultura tem um primeiro salto qualitativo no período Vargas, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e do Conselho Nacional da Cultura (CNC), no final dos anos 1930. A partir desse momento, vai se alterando conforme os interesses políticos dos grupos no poder (Calabre, 2009). Nos anos 1980, concomitante com o período destacado nesse texto, há a criação de um Ministério da Cultura. Mas foi em período pouco anterior, ainda sob os governos da ditadura (em 1979, precisamente), com a renovação do antigo SPHAN e a criação da Fundação Nacional Pró-Memória (sob a direção de Aloísio Sérgio de Magalhães) que o conceito de patrimônio cultural se ampliou. Ampliação que acompanhava o processo de redemocratização e vinculava as ideias de desenvolvimento e pluralidade cultural (Peregrino, 2012).

Em coerência com a obra teórica de Darcy Ribeiro, o Governo Estadual promoveu uma vasta seleção de elementos culturais a proteger e um outro tanto a incentivar. Essa amplitude e a estratégia para sua consecução estão

apresentadas no desenvolvimento do artigo, bem como a crítica sobre seu possível sucesso.

CULTURA E PATRIMÔNIO NO RIO DE JANEIRO, 1983-1987

A primeira gestão governamental de Brizola (1983-1987) trouxe relevantes novidades quanto à institucionalização do patrimônio. As inovações envolviam, apenas a título de exemplo, o tombamento de 20 trechos de litoral (entre 1984 e 1985), incluindo praias próximas da zona urbana do Rio de Janeiro, como Grumari (Figura 1), para defendê-las da expansão do capital imobiliário (Campofiorito, 1986, pgs. 8-9). A reflexão sobre o instituto do tombamento é inevitável: a preservação de casas de pescadores autoconstruídas certamente difere da preservação de uma igreja barroca, bem como a preservação de um monumento natural um tanto particular, como o Pão-de-Açúcar, difere da preservação de um conjunto de dunas que avança por muitos quilômetros em Cabo Frio. Buscava-se proteger mais do que um elemento da paisagem ou um objeto da arte e engenho humanos, mas um modo de vida. Em todos os casos, a ideia de tombamento patrimonial extrapolava o saber histórico ou arquitetônico, avançando para setores de gestão do meio ambiente e da cultura como um todo. Em um contexto de redemocratização e de amplo apoio popular, o Governo intencionalmente tratava de aspectos externos à preservação do bem em si, impondo limites ao capital imobiliário, à especulação e ao poder financeiro.

Figura 1: Praia de Grumari.



Fonte: Reprodução / G1 Rio.

Outras ações inovadoras se destacam nessa análise, ainda quanto ao uso do tombamento. O tombamento da Pedra do Sal poderia ser um capítulo à parte, pois é um espaço representativo de uma cultura até então oprimida. O que chama a atenção nesse caso é que, como espaço, a Pedra do Sal não possui quaisquer valores estéticos adicionais (Figura 2). O simbolismo da ação, entretanto, é uma resposta evidente ao racismo que ainda permanecia

(permanece?) incrustado na sociedade e no Estado. Ao mesmo tempo, a inclusão de Joel Ruffino dos Santos no Conselho Estadual de Cultura causou impacto à época, pois a participação de uma pessoa negra nas definições da política cultural era novidade. A justificativa do tombamento em si foi realizada pelas características históricas do sítio, uma vez que dali se expandiam as áreas da "Pequena África", que entre 1870 (fim da Guerra do Paraguai) e 1905 (política de avenidas de Pereira Passos) abrigou em cortiços uma numerosa população negra. O local da Pedra do Sal, especificamente, era utilizado para observar a movimentação de entrada e saída dos bairros, pela sua posição elevada. Igualmente simbólica foi a data do tombamento: 20 de novembro de 1984 (Santos, 1986, pg.,106). No mesmo ano em que foi tombado, em nível nacional, o Terreiro de Casa Branca, primeira ação do gênero no país (Velho, 2006). Importante informar que estudos de maior fôlego sobre a herança negra no Rio de Janeiro já foram realizados, inclusive sob a ótica do patrimônio (Ferraz, 1997 e Chuva, 2020).

Figura 2: Pedra do Sal.



Fonte: página "Pedra do Sal" / Facebook.

Similar a esse caso, porém protegendo as raízes indígenas, ocorreu o tombamento de parte da Ilha de Cunhambebe, no litoral de Angra dos Reis, já em 1987. É o local onde nasceu o líder indígena homônimo que costurou a Confederação dos Tamoios. Mais uma iniciativa desse modelo, preservando uma localidade marcante da raiz indígena do povo brasileiro, foi o tombamento da Restinga de Marambaia, onde existem incontáveis túmulos tupi-guaranis, datados de até 1500 a 2000 anos atrás (Campofiorito, 1986, pgs. 8-9). A seleção dos sítios indígenas e negros denota a absoluta coerência com a obra de Darcy Ribeiro, que dá igual peso à cultura erudita e popular na

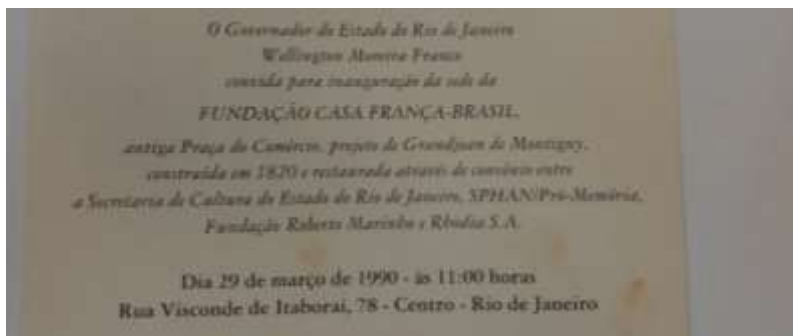
formação do povo novo brasileiro, composto por matrizes étnicas com relevância significativa (e não como um povo descendente do colonizador) (Ribeiro, 1972).

Em coordenação com o Governo Municipal de Marcello Alencar, também controlado pelo PDT, em 1983 foi promulgada a Lei Municipal do Corredor Cultural, que preservava 1300 imóveis de uma vez só, em uma iniciativa que visava resguardar a história da cidade e suas origens pela ocupação lusitana, bem como seu desenvolvimento pelo povo brasileiro. Por meio dessa Lei também se permitiu a reocupação do antigo prédio da Praça do Comércio e Alfândega, da autoria de Grandjean de Montigny, que veio ao Brasil pela Missão Francesa, quando a corte portuguesa se estabeleceu na capital do vice-reino. Construído em 1821, foi inaugurado pelo próprio Dom João VI, Rei de Portugal, Brasil e Algarves e abrigou a primeira "Praça de Comércio" do Brasil. O restauro foi liderado pelo Arquiteto Jayme Zettel, então funcionário do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), que recuperou os elementos neoclássicos típicos da arquitetura academicista, ainda que Montigny tenha sido um caso especial de artista crítico – discretamente notável nessa encomenda. Aparentemente, há diferenças entre o desenho original e o efetivamente construído. Explica Campofiorito:

"as contradições evidentes entre a composição geométrica, ordenada e serena, do arquiteto francês e a realização pela mão-de-obra local, dos telhados acidentados e ostensivos, assim como a execução em madeira pintada da cenografia greco-romana interior concebida em mármore, são traços irresistíveis de tropicalização naquela primeira homenagem brasileira à burguesia ascendente do mundo pós-napoleônico. (Campofiorito, 1986, pg. 9)"

O restauro do edifício foi precedido da recuperação da antiga Praça do Comércio, que teve os contornos originais retomados. O projeto museológico foi confeccionado na França, a partir de uma conferência de Darcy Ribeiro, denominada "São os franceses que voltam". É curioso o comentário, de relance, sobre o prédio que abrigaria a Casa França-Brasil: "É verdade que a arte de Grandjean, um neorrenascentismo temporão, não deu frutos que se apreciem nem lá nem cá. De fato, temo eu, até, que tenhamos perdido a substituição daquele barroco, que nossos artistas dignificavam em igrejas, pinturas e escultura admiráveis, por uma modernidade duvidosa" (Ribeiro, 1986, pg.66). Duvidosa ou não, o restauro só foi garantido com a parceria entre o dignatário autor desse comentário e o Governo da França, por meio de seu Ministro da Cultura, Jack Lang. A coerência mencionada quanto às origens negras e indígenas também se faz presente nessa ação, que registra e valoriza a colaboração dos europeus que aportaram no país já independente. No entanto, para o restauro do edifício houve o aporte de recursos privados, muito mais fáceis dada a visibilidade do edifício. Aportes até de adversários históricos, como Roberto Marinho. Após cuidadosa e demorada obra, a inauguração só ocorreu no governo seguinte (Figura 3).

Figura 3: Convite para a inauguração da Fundação Casa França-Brasil.



Fonte: Acervo FUNDAR.

Figura 4: Capa do projeto de recuperação da Fundação Progresso.



Fonte: acervo FUNDAR.

A casa principal e a capela da Fazenda Colubandê, em São Gonçalo, espaço histórico e de grande relevância cultural na baixada fluminense, também foram tombadas e restauradas na gestão de Darcy Ribeiro (1985). A direção das obras ficou a cargo do Arqº Jayme Zettel. Ainda foram tombados os bondinhos de Santa Tereza, a Casa Cavé, a Fundação Progresso (aliás, previamente restaurada em 1984 – Figura 4), o sítio de Burtle Marx, a Casa da Flor em São Pedro da Aldeia, coretos de sete municípios fluminenses, o conjunto edificado da Rua da Carioca, além de pedras e manguezais pelo Estado (Seixas, 2023, pg. 371). Muitos, de origem e caráter popular, como a Fundação Progresso, protegida após os protestos para sua manutenção e gerida posteriormente por uma fundação.

Outras iniciativas do mesmo período foram a conversão da casa de Laura Alvim em Ipanema em uma Casa de Cultura, com arquitetura eclética imaginada pela doadora, que segundo Darcy Ribeiro foi a “Leila Diniz dos anos 1920”. Nesses anos, também, foi recuperado o trem do Corcovado e tombado o bonde de Santa Tereza.

Nessa ampla e inconclusa lista se verifica, na prática, a visão ampla de patrimônio defendida por Darcy Ribeiro. Os limites do conceito de patrimônio foram profundamente ampliados naquele momento, reconhecendo como bens culturais elementos físicos (ou intangíveis) que até então não eram passíveis de proteção. Além disso, a temporalidade é ampliada, não se limitando a registrar elementos do passado, mas incluindo aspectos culturais da vida cotidiana da população. A comparação com o órgão similar da esfera federal (vigente pelo menos até o fim dos anos 1970) e sua predileção pelo barroco é inevitável. O Secretário e Vice-Governador (antropólogo de formação) a respeito da “mania de barroquismo”, dizia que a Teoria do Barroco de Lourival Gomes Machado “levantou tanta poeira ao valorizar as criações admiráveis dos nossos artistas do passado, como Aleijadinho”, que “outras criações não eram adequadamente apreciadas” (Ribeiro, 1985, vb. 1364). Sem desvalorizar ou recuar na proteção dos bens barrocos, a proposta foi ampliar a abordagem da proteção.

O INEPAC já era o órgão responsável pelos cuidados com o patrimônio fluminense quando Darcy Ribeiro assumiu a Secretaria de Cultura (antes municipal, o órgão abrangeria todo o território na reunião de Guanabara e Rio de Janeiro). Investido no cargo, escolheu Ítalo Campofiorito para a presidência do órgão, arquiteto que acumulava vasta experiência no assunto. A dimensão quantitativa pode ser dimensionada, nos quatro anos da gestão (1983-1987), pelo envolvimento de 163 imóveis em processos de tombamento (Seixas, 2023, pg. 373).

O tombamento é a figura jurídica utilizada para a proteção desse patrimônio ampliado. Mas, para Darcy Ribeiro, a simples inscrição do bem no sistema de tomo era considerada insuficiente. O tombamento, desse modo, não se restringiria apenas ao ato legal ou à vontade de proteger o bem patrimonial. Deveria se seguir a ele a restauração ou a revitalização ou, ainda, sua “celebração”, de modo que permita ao povo seu usufruto. Aplicando-se, com o cuidado de recuperar o adobe, a pedra ou a cal, os maiores esforços para deixar o bem em condições de uso. Então a obra deveria, obrigatoriamente, ser viva, ativa, repercutindo no engrandecimento cultural da população. Disse Darcy Ribeiro: “Mais da metade do que o Brasil tem de patrimônio histórico teria

sido destruída se não houvesse o tombamento, que é uma garantia de que gerações futuras verão o testemunho das gerações passadas" (Ribeiro *apud* Seixas, 2022, pg. 374). O advento dessa visão ampliada do tombamento foi bastante inovador, sendo depois incorporado na Constituição de 1988, quanto à dispensa de excepcionalidade para a permissão da proteção. É anterior, também, ao acréscimo da paisagem como tipologia para bens culturais pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que apenas o fixou em 1992 (Seixas, 2023, pg. 377).

No entanto, apenas o uso instrumental – para preservação ou para a visão ampliada do instrumento - da figura do tombamento não seria suficiente para demarcar os fundamentos democráticos e populares do Governo Brizola e de Darcy Ribeiro. Confluindo com a teoria da formação do povo brasileiro, alguns anos depois reunida e explicada no seu mais famoso livro (Ribeiro, 1995), as ações de preservação recaíram sobre espaços e bens relevantes para o registro e memória do que foi feito por todos os grupos formadores deste povo, não apenas o que foi patrocinado pelas elites ou pelo estado. Daí a relevância do tombamento da Pedra do Sal e da Ilha de Cunhambebe, por exemplo, que provavelmente não seriam possíveis em um governo de características diferentes.

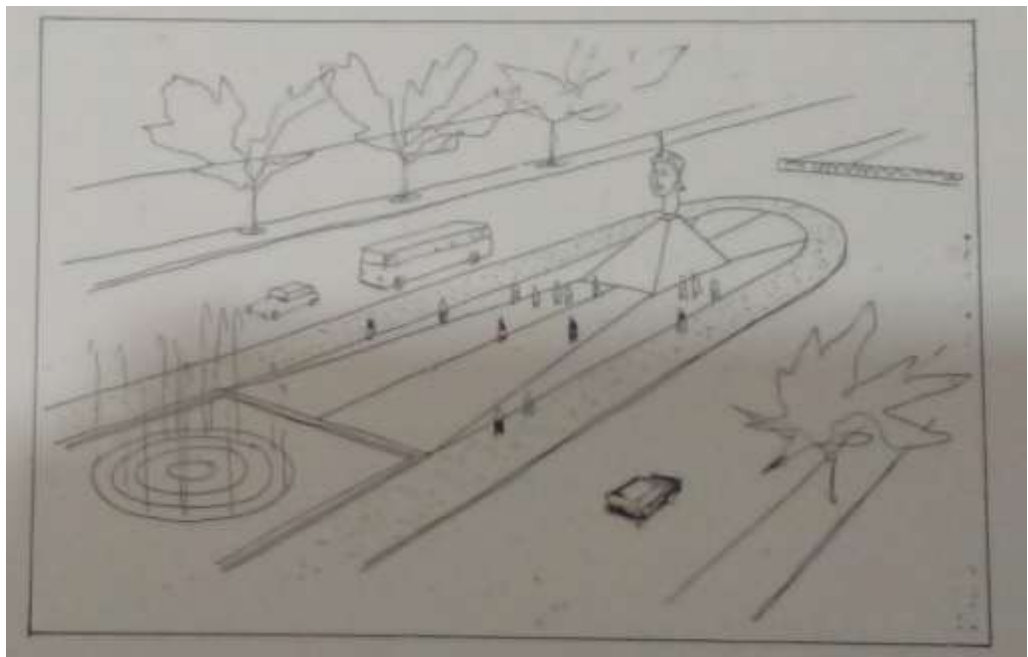
Ainda nesse sentido, o fenômeno cultural enquanto política pública, para Darcy Ribeiro, deveria ser ressaltado em suas versões populares. Em sua experiência como Secretário da Cultura e da Ciência deu ênfase a essas versões, direcionando investimentos e permitindo o florescer de iniciativas diversas, organizadas pela própria população. A lista de realizações continuaria com a criação de uma biblioteca pública central, que se espraiaria por meio das 500 pequenas bibliotecas, constantes em cada Centro Integrado de Educação Pública (CIEP). Nestes, havia a animação cultural que tornaria cada escola também um espaço de cultura. E, destacada dentre as demais escolas, a Escola de Demonstração, que se tornou uma intervenção artística ela própria, a partir da manifestação de Carlos Scliar (que hoje classificaríamos como "arte urbana"). É um conjunto interligado e organizado institucionalmente para que houvesse prédios para atender a demanda e demanda para ocupar os prédios.

O ponto mais alto dessa lista de realizações culturais, para o próprio Darcy Ribeiro, foi a construção do Sambódromo. Não apenas por se tratar de um símbolo novo para o Rio de Janeiro (e um evidente espaço de manifestação popular carnavalesca), mas porque sob as arquibancadas havia um enorme CIEP, o maior deles. Darcy Ribeiro também referencia também ações editoriais (a refundação da Revista do Brasil), a articulação entre órgãos municipais e estaduais para o patrocínio de eventos, entre outros projetos. Finalmente, conclui a lista de realizações culturais com alguns projetos futuros, dos quais dois foram concluídos e merecem o nosso destaque: a já mencionada Casa França-Brasil e o Monumento a Zumbi dos Palmares (Ribeiro, 1986b). Em plenos anos 1980 retorna, portanto, a arquitetura construtora de símbolos políticos para o Estado patrocinador (Gorelik, 2005, pg. 49), como no período anterior ao Golpe Civil-Militar, porém em âmbito estadual.

O Monumento a Zumbi dos Palmares reproduz um ídolo bantu, no caso, uma cabeça feminina, com 2,5 metros de altura, sendo que o modelo original possuía 40 centímetros de altura. A pesquisa para a definição do modelo foi

realizada em museus londrinos por José Guilherme Merquior, diplomata brasileiro, sob orientação de Darcy Ribeiro. A escolha de um modelo feminino, provavelmente, foi uma decisão do Secretário, já que Merquior recomendara a continuidade da pesquisa em museus nigerianos, que deteriam uma coleção mais significativa de arte originária beninense. A adequação do modelo ao sítio e o projeto arquitetônico da paisagem foi realizado por João Filgueiras Lima, o Lelé, que a implanta sobre um pedestal em formato de pirâmide, com aproximadamente quatro metros de altura. Foi situada em meio ao canteiro central da Avenida Presidente Vargas, bem próximo à Estação Central do Brasil (Figura 5), não distante da Fábrica de Escolas, dirigida pelo mesmo Lelé, portanto um local de muita visibilidade e de histórico popular. Autorizado em 1983, mas inaugurado em novembro de 1986, antecedeu o monumento soteropolitano similar em vinte e dois anos e o monumento paulista em trinta anos. Dizia Darcy Ribeiro: "A história de Zumbi foi contada através dos séculos pelos seus vencedores. Só hoje, negros e mulatos do Brasil, mais lúcidos e conscientes, retomaram a bandeira de Zumbi para debaixo dela lutarem contra a brutalidade e a estupidez do preconceito racial que pesa sobre eles. Um dos meus orgulhos é ter levantado, no centro do Rio, um belo monumento de bronze a Zumbi dos Palmares."²

Figura 5: Monumento a Zumbi dos Palmares, projeto de arquitetura paisagística de João Filgueiras Lima, 1986.



Fonte: acervo FUNDAR.

Uma das mais importantes iniciativas culturais listadas acima foi a realização de um projeto para organizar o sistema de bibliotecas do Estado do Rio de Janeiro. As mais de 500 pequenas bibliotecas dos CIEPs seriam centralizadas por uma Biblioteca Pública que, já em 1986, era composta por um programa bastante atualizado: espaços de reprodução audiovisual, arquivos eletrônicos ou informatizados, núcleo computacional, setores de música e de cinema. Continha também uma biblioteca em braile e uma biblioteca infantil experimental, além dos espaços administrativos da própria biblioteca e do

sistema de bibliotecas do Estado. O projeto foi elaborado por Glauco Campello, escolhido em concurso organizado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio de Janeiro (IAB-RJ) em parceria com a Secretaria de Ciência e Cultura. O projeto retomava o uso de elementos pré-fabricados em repetição, com uma tipologia para o piso e uma tipologia para a vedação, que o arquiteto já havia abordado em suas obras construídas no período em que trabalhava em Brasília. As amplas aberturas nas áreas de ingresso (Figura 6) e afastamento das vias de tráfego viário eram premissas do edital, atendidas plenamente pelo projeto (Campello, 1986, pg. 68-71). O modelo foi modificado pelo governo posterior, juntamente com a progressiva desativação do sistema de ensino dos CIEPs. Hoje, o edifício sedia a "Biblioteca Parque Estadual", cuja reforma e atualização aparentemente não descaracterizam o programa original. A historiografia da arquitetura carece de um estudo mais aprofundado desse edifício, que englobe o concurso, o projeto original e as intervenções posteriores.

Figura 6: Biblioteca Parque Estadual, foto da reinauguração em 2018.



Fonte: Extra Rio (<https://extra.globo.com/noticias/rio/biblioteca-parque-do-centro-reaberta-com-expectativa-de-programacao-ate-dezembro-22691977.html>)

Retomando a linha defendida no comentário ao tombamento da Pedra do Sal, o Governo Brizola caracterizou-se como um período de grandes debates culturais e, por isso, de certa superação de injustiças. Levou Clementina de Jesus a cantar no Teatro Municipal, rompendo preconceitos e reduzindo distâncias entre as artes erudita e popular. Promoveu um evento popular na inauguração do Monumento a Zumbi dos Palmares, com a presença de sambistas dos morros (Figuras 7 e 8).

Figura 7: festa de inauguração do monumento à Zumbi dos Palmares, 1986.



Fonte: acervo FUNDAR.

Figura 8: vista lateral do monumento a Zumbi dos Palmares, 1986.



Fonte: acervo FUNDAR.

Patrocinou a ação dos animadores culturais nos CIEPs da periferia, o que reforçou a visão de que a produção ou o desfrute da cultura não são exclusividades de iniciados ou de classes abastadas. Os animadores culturais tinham a disponibilidade de convocar artistas populares ou eruditos para ações de finais de semana nos CIEPs. Eram convocados grupos de teatro, músicos, poetas, bem como repentistas, bandas populares, cordelistas (S/A, 1986b, pg. 33). Na Escola de Artes Visuais do Parque Lage foram convocados 82 artistas para pintarem mais de 350 metros lineares de muros, criando o que então era chamado de maior painel do Brasil, em uma iniciativa seminal do que viria a ser denominado "arte urbana" (Costa M., 1986, ph. 75).

CONCLUSÃO

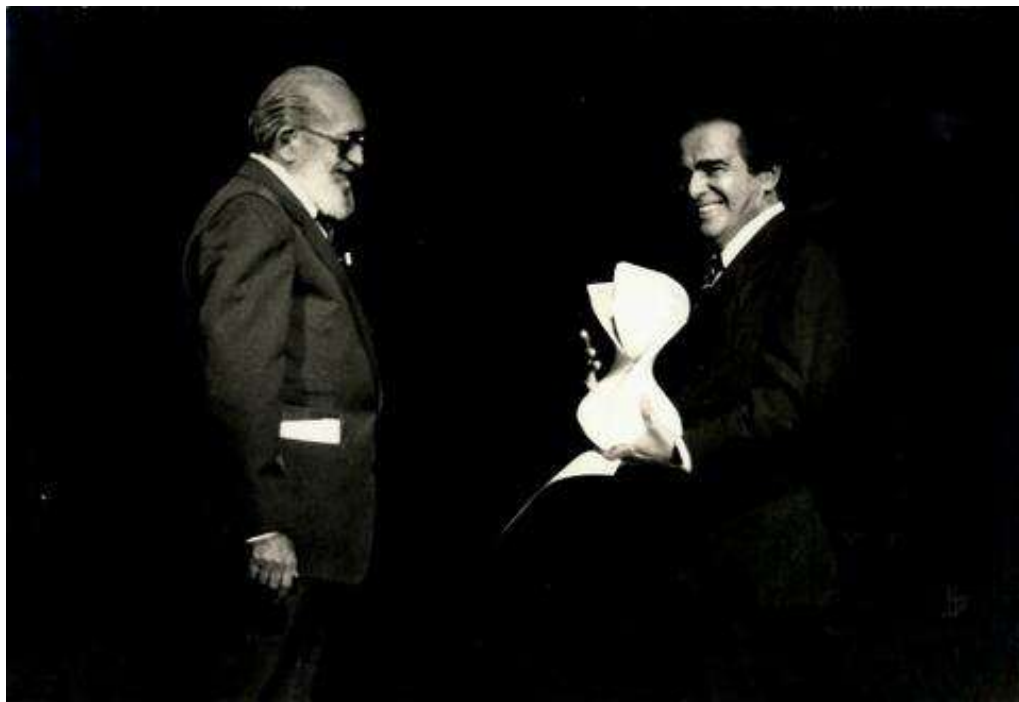
O primeiro aspecto relevante que ficou muito evidente na pesquisa realizada é a prioridade dada pelo Governo Brizola à cultura popular e ao registro do patrimônio, que ao serem analisadas e quantificadas demonstram uma diversidade e amplitude de ação consideráveis para apenas quatro anos de gestão. As dificuldades de operacionalização das políticas públicas não foram impedimento para um número significativo de realizações culturais e o ainda mais significativo uso do tombamento como estratégia elementar para a proteção do patrimônio e da cultura. Estratégia, aliás, que envolveu não apenas número significativo de bens, mas que incluiu abordagens então inovadoras do instrumento.

Ademais, o tempo de Darcy Ribeiro na cadeira de Secretário da Cultura, acumulado com o cargo de vice-governador, estabeleceu a qualidade de uma administração competente, nos termos atualmente classificados como "boa gestão pública". Mais conhecido como intelectual crítico, chama a atenção essa característica de "bom gestor público", o que garante que Darcy Ribeiro seja reconhecido não apenas como um pensador, mas também como um realizador de sucesso. O lado intelectual e criativo permitiu que idealizasse grandes realizações, mas o lado gestor e prático é que fixou essas realizações, que as materializou. O conjunto, ideia mais realização, é que conformou os seus "fazimentos", o neologismo que muito bem se aplica à sua ação, e que se sobressai nesse texto. Modo de agir, aliás, também político. Em tempos de afastamento entre PT e PDT, premiou Paulo Freire por sua ação cultural (Figura 9).

Uma última reflexão a respeito do patrimônio cultural deixado por Darcy Ribeiro é com relação à institucionalização e formalização legal das ações de proteção à cultura. O reconhecimento, a proteção e a valorização da cultura pelo Estado são feitas por meio de sua institucionalidade – sejam seus órgãos específicos, pela ação de funcionários de carreira ou por outros meios. Ressalte-se que o INEPAC, estratégico para esses objetivos, era um órgão de existência relativamente nova (fundado em 1975, sobre as bases de um órgão municipal fundado em 1965). Igualmente é evidente que, sem uma fundamentação legal, as ações executivas ficariam restritas ao tempo de governo do indivíduo político interessado. Darcy Ribeiro fincou pé nesse modo de trabalho, fixando em Lei ou registrando em documentos institucionais as suas ações políticas, difundindo-as e tornando-as efetivas. Governos posteriores

não puderam ignorar ou desfazer (ainda que eventualmente tentassem) suas ações. Puderam, quando houve interesse, incrementá-la.

Figura 9: Darcy Ribeiro entregando o prêmio Golfinho de Ouro (instituído pelo Museu da Imagem e do Som) para Paulo Freire.



Fonte: acervo FUNDAR.

Muito mais recentemente, em 2023 se promulgou uma Lei Estadual que declara como "Patrimônio Histórico Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Rio de Janeiro o Legado de Darcy Ribeiro", repetindo os termos exatos do artigo 1º. O artigo 2º informa que a Lei entra em vigor na data de publicação. A lacônica legislação sequer pede regulamentação, mas abre portas para uma possível defesa dos "fazimentos" de Darcy Ribeiro.³ Esse foi o objetivo da propositura da Deputada Estadual Martha Rocha (PDT). Entretanto é curioso (e até contraditório) que a lei entre em vigor em um governo que defende políticas opostas às defendidas por Darcy Ribeiro. Deste, só podemos nos inspirar em sua ação coerente com as políticas. Estas, coerentes com suas ideias. E, finalmente, em sua firmeza de ação, que produziu resultados factíveis, que fizeram o Rio ser o Rio que é, hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALABRE, L. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. São Paulo: Editora FGV, 2009.

CAMPELLO, G. "A nova biblioteca estadual: um centro vivo de informações". In **Revista do Brasil**, 1986. Pgs. 68-71.

CAMPOFIORITO, Ítalo. "Patrimônio Cultural: "Onde a cultura existe, dar voz a ela"". In: **Revista do Brasil**, ed. Especial. 1986. Pgs. 8-9.

COSTA, Marcus de Lontra. “As artes plásticas fazem a festa dos anos 80”. In: **Revista do Brasil**. 1986. Pgs. 73-88.

FERRAZ, E. O tombamento de um marco da africanidade carioca: a Pedra do Sal. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 25, pgs. 335-339, 1997.

GORELIK, A. **Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

PEREGRINO, M. C. SPHAN/Pró-Memória: abertura política e novos rumos para a preservação do patrimônio nacional. In: **Revista Confluências Culturais**, [S. l.], v. 1, n. 1, pgs. 85–100, 2012. DOI: 10.21726/rcc.v1i1.563. Disponível em: <https://periodicos.univille.br/RCC/article/view/563>. Acesso em: 6 jan. 2025.

RIBEIRO, Darcy. **Teoria do Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972,

RIBEIRO, Darcy. Introducción. In: SEGRE, R. **América Latina en su arquitectura**. México DF: Siglo XXI, 1975.

RIBEIRO, Darcy. **Aos francos e barrancos: como o Brasil deu no que deu**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1985.

RIBEIRO, Darcy. “São os franceses que voltam”. In: **Revista do Brasil**, 1986. Pg.66-67.

RIBEIRO, Darcy. “Política Cultural do Rio”. In **Revista do Brasil**, Ed. Esp. 1986b. Pg. 3.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

S/A (sem autor). “E o gênio de Oscar Niemeyer Imprimiu sua marca no Rio”. **Revista do Brasil**, 1986, editorial.

SANTOS, Joel Ruffino. “Uma resposta à cultura do racismo”. In: **Revista do Brasil**. 1986. Pgs.106-111.

SEIXAS, Antônio. A contribuição de Darcy Ribeiro à preservação do patrimônio cultural fluminense a partir de seus escritos autobiográficos. In: COSTA, Adriane V. (org). **Darcy Ribeiro: intelectualidade e pensamento crítico latino-americano**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023. Pg. 350-368.

VELHO, G. **Patrimônio, negociação e conflito**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2006.

Acervos consultados: Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR), Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), Fundação Oscar Niemeyer (FON), entre janeiro e julho/2023.

NOTAS

¹ O artigo foi apresentado no 9º Seminário Docomomo São Paulo e será publicado nos anais do evento.

² Informações do acervo FUNDAR, em particular do documento disponível no acervo sob o número DRgbl/1982.09.17/pasta II.

³ Lei Ordinária Estadual do Estado do Rio de Janeiro nº 10.264 de 28 de dezembro de 2023, sancionada pelo Governador Cláudio Castro.